

# A TRANSVERSALIDADE DO GÊNERO NOS ESTUDOS E INVESTIMENTOS DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA (2010-2021)

*The Gender Transversality in the World Bank's Studies and Investments in Brazil: A Critical Analysis (2010-2021)*

Andrea Dorea Mascarenhas  
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Denise Vitale  
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

## Informações do artigo

Recebido em 28/09/2023

Aceito em 05/10/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n258.p50-69>

Copyright (c) 2023 Andrea Dorea Mascarenhas e Denise Vitale



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

*Compartilhar* — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

*Adaptar* — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

## Como ser citado (modelo ABNT)

MASCARENHAS, Andrea Dorea; VITALE, Denise. A transversalidade do gênero nos estudos e investimentos do Banco Mundial no Brasil. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 258, p. 50-69, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n258.p50-69>

## Resumo

Desde os anos 1990, o Banco Mundial tem abordado a pauta do gênero tanto na produção de conhecimento quanto nos seus investimentos. Isso acontece em um cenário influenciado pelo ativismo feminista e pela tendência do uso da expertise de gênero no âmbito das relações internacionais, como ferramenta das organizações internacionais nas diversas áreas, inclusive econômica. Com base nesta perspectiva, este artigo analisa se a questão de gênero impacta ou não as políticas de investimentos do Banco Mundial. Este artigo tem como ponto de partida uma análise dos investimentos do Banco Mundial em projetos relacionados a questão da desigualdade de gênero no Brasil, traçando uma relação desses projetos com os indicadores dos relatórios *Women, Business and Law*, no período de 2010 a 2021.

**Palavras-chave:** Transversalidade de gênero; Banco Mundial. Desigualdade de gênero. Políticas de desenvolvimento. Organizações internacionais.

## Abstract

Since the 1990s, the World Bank has addressed the gender agenda in the production of knowledge as well as in its investments. This happens in a context influenced by feminist activism and the tendency to use gender expertise in the field of international relations as a tool for international organizations in several areas, including economics. Based on this perspective, this paper analyzes whether or not the gender agenda impacts the World Bank's investment policies. This paper has as its starting point an analysis of World Bank investments in projects related to gender inequality issue in Brazil, drawing a relation of these projects with indicators from the *Women, Business and Law* reports, in the period from 2010 to 2021.

**Keywords:** gender mainstreaming; World Bank; gender inequality; development policies; international organizations.

## INTRODUÇÃO

No contexto das relações internacionais, foram necessárias várias décadas para que o debate em torno do conceito de gênero fosse incorporado pelas instituições internacionais. Ao pensarmos o gênero no âmbito das relações internacionais, podemos considerar como dois marcos a CEDAW (1979) e Pequim (1995). Considerada por muitos juristas e teóricos como a Carta Magna dos direitos

das mulheres, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) é um marco vinculante por tratar o princípio da igualdade como obrigação e não apenas um objetivo, através da determinação da adoção pelos Estados-Partes de medidas legais, políticas e programáticas, definidas pela convenção e que se aplicam a todas as esferas da vida das mulheres. “É a grande Carta Magna dos direitos das mulheres e simboliza o resultado de inúmeros avanços principiológicos, normativos e políticos” (PIMENTEL, 2008, p.17). Já a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995), é um marco por definir o princípio da transversalidade de gênero para a agenda internacional e políticas públicas e o empoderamento das mulheres como atrizes centrais das ações políticas.

Após Pequim, o debate sobre gênero entrou na mesma dimensão dos debates sobre desenvolvimento e meio ambiente, tornando-se um dos pontos da agenda global e gerando um engajamento além-ONU (VITALE e NAGAMINE, 2018), passando a incluir outras organizações internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Conselho da Europa, a União Europeia (EU), o FMI e o Banco Mundial. Ao inserir a mulher como sujeito e não somente como objeto no debate das políticas de desenvolvimento, a ONU traz a questão de gênero para o âmbito das relações internacionais em uma situação de destaque. Entretanto, considero que essa questão não tem a mesma dinâmica de incorporação em uma instituição como a ONU, que traz a visão social e humanitária em seu cerne, como em uma instituição financeira como o Banco Mundial, que tem no seu *core business* a economia, uma área tradicionalmente androcêntrica.

Nesse cenário de mudança nas formas de abordagem da pauta de gênero no cenário das relações internacionais, essa mesma pauta ganha força dentro do Banco Mundial no mandato do seu presidente James D. Wolfensohn (1995-2005). É Wolfensohn quem traduz o tema da pobreza para a forma econômica, relacionando-o com a desigualdade de gênero e conseguindo assim implementar essas pautas dentro da instituição, apesar das resistências internas e externas. Afinal, até então, o gênero era uma questão restrita ao direito social e político, sendo um elemento estranho às instituições de Bretton Woods, que são essencialmente econômicas em sua criação.

Em seu discurso *Giving Voice to Gender in our Work* (2002), James Wolfensohn fala da inclusão do gênero no estabelecimento de critérios usados nos estudos estratégicos de redução da pobreza (*Poverty Reduction Strategy Papers* – PRSPs), que são elaborados pelos países beneficiários dos financiamentos do Banco Mundial. Nos PRSPs, os países descrevem suas políticas macroeconômicas e sociais, seus programas de redução da pobreza e de promoção de desenvolvimento econômico e os seus objetivos prioritários. É interessante que, em seus discursos, Wolfensohn posiciona as mulheres periféricas como atores políticos com viés econômico no cenário das relações internacionais (ENLOE, 2014). E é esse viés econômico que ocupa o cerne dos estudos sobre gênero promovidos pelo Banco

Mundial. A questão é: há convergência entre esses estudos e os investimentos do Banco Mundial no combate a desigualdade de gênero?

## O GÊNERO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO BANCO MUNDIAL

Nas últimas décadas, a construção da expertise de gênero tem lugar de destaque nas organizações internacionais, que vem investindo na construção de um novo campo de conhecimento técnico: a “expertise de gênero”. Os avanços nessa área têm contribuído tanto para a formação do conhecimento sobre gênero quanto na formação de um novo tipo de profissionais: os “especialistas em gênero”. Esses profissionais são exemplos de especialistas funcionais, ou seja, que tratam as informações e as constituem simultaneamente (DURAN, 2020). Com essa expertise, que é um conhecimento especializado das relações sociais e econômicas, esses especialistas disseminam dados econômicos e jurídicos sobre a desigualdade de gênero, gerando uma nova compreensão do tema e buscando promover mudanças sociais e institucionais. Porém, a riqueza dos estudos produzidos na área de gênero não necessariamente se reflete em investimentos na mesma proporção no combate a desigualdade de gênero.

Ao pesquisar os arquivos do Banco Mundial, desde sua fundação, encontrei mais de cinco mil estudos, relatórios, análises e comunicados com foco no gênero ou que abordam o tema em algum ponto. Pelo portal dessa instituição consegui identificar parcialmente a evolução da questão de gênero dentro da instituição ao avaliarmos a quantidade do material produzido por períodos, com uma média de produção de cerca de 350 estudos por ano, no período de 2000 a 2019. Contudo, a dificuldade em conciliar essa produção documental sobre gênero e os investimentos do Banco Mundial aparentemente indica que ainda há muitos obstáculos institucionais nesse processo de congruência entre a produção de conhecimento e os investimentos no combate a desigualdade de gênero.

Sobre a produção documental do Banco Mundial, esses arquivos vão desde o relatório *Desenvolvimento Mundial 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento*, que apresenta dados financeiros sobre os impactos positivos na economia com a redução da desigualdade de gênero, até a série *Women, Business and the Law*, que avalia os impactos das legislações em 190 economias nas quais a instituição atua, que analisamos no capítulo anterior. Esses estudos fazem parte de tantos outros relativos ao gênero e produzidos pela instituição a partir de 1994, quando o Banco Mundial reconheceu que a redução da pobreza está diretamente ligada à igualdade de gênero (WorldBank.org, 2015). Com uma produção de conhecimento tão rica e diversa sobre os impactos da

desigualdade de gênero, como a principal instituição financeira do mundo não consegue desenvolver uma política internacional mais efetiva e eficaz para a igualdade de gênero?

Ao concentrar seus esforços no impacto das leis na vida produtiva das mulheres em 190 economias, o *Women, Business and the Law* reitera a diretriz no viés econômico do Banco Mundial em suas análises. Contudo, ao excluir o direito consuetudinário e focar somente em alguns aspectos das áreas jurídica e de regulação, a instituição impõe um limitador a essa análise econômica. Produzindo lacunas significativas nos estudos do *WBL* sobre a questão gênero nas economias analisadas. É um estudo que se restringe a identificar as leis sem julgar o mérito da razão da sua concepção, assim como também mantém a sua atuação restrita ao incentivo da reflexão por parte das economias sobre os impactos que essas restrições têm nas sociedades.

Até o momento, o *Women Business and Law* é o único estudo global que utiliza dados quantitativos e objetivos para medir a desigualdade de gênero de natureza jurídica em políticas públicas, além de associar a questão da desigualdade de gênero com os resultados econômicos dos países analisados. Os indicadores do relatório também foram pontuados associados a outros índices de gênero. São eles: *Índice Global de Desigualdade de Gênero*; *Índice de Instituições Sociais e Gênero*; *Índice de Desenvolvimento Relacionado ao Gênero*. Na figura 1, é possível contemplar a evolução do *Women, Business and the Law* nesses 10 anos de existência.



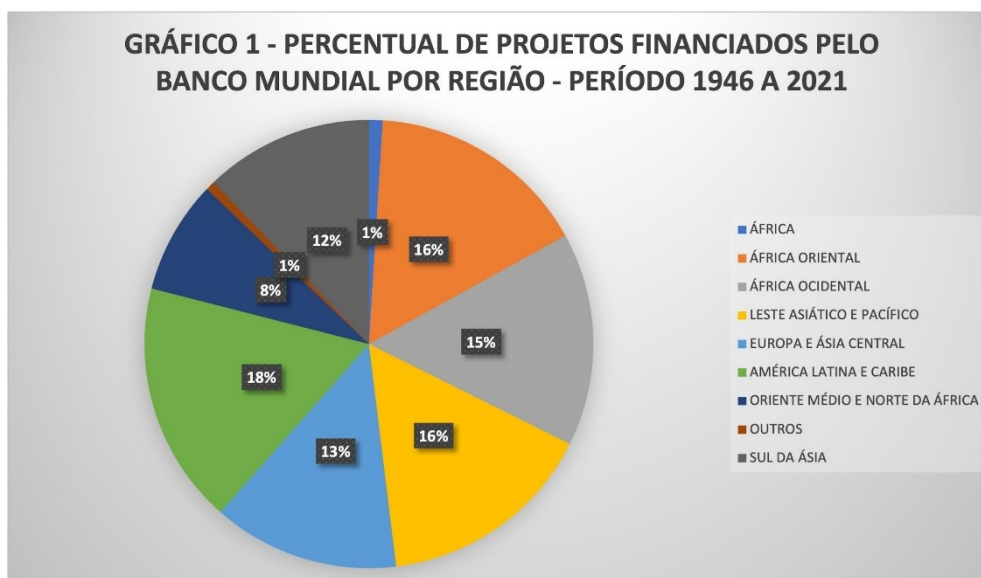
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de *Women Business and Law*.

## GÊNERO E BRASIL NOS INVESTIMENTOS DO BANCO MUNDIAL

Desde o início de suas operações, o Banco Mundial financiou cerca de 6.900 projetos ligados ao setor governamental, mais de 5 mil projetos para agricultura, cerca de 4.800 projetos de infraestrutura e mais de 3 mil projetos para o setor financeiro. Por outro lado, os setores de educação formal (ensino médio e superior) tiveram cerca de 1.100 projetos financiados pela instituição (WorldBank.org, 2021). É importante entender que muitos desses projetos não estão restritos a somente um dos setores ou um tema, podendo o mesmo projeto aparecer em mais de um setor ou tema, com diferenças nos percentuais de investimento em cada um deles.

Desse universo global de projetos da instituição, cerca de 18% foram aplicados na região da América Latina e Caribe, resultando em um total de 3.753 projetos, sendo 576 deles realizados no Brasil. E 396 deles foram classificados pela entidade como pertencentes ao setor de “Lei e Justiça” e 175 ao setor de “Seguros e Pensão”, setores esses diretamente impactados pelas legislações. Passando da classificação por setor para a subclassificação por temas, encontrei 64 projetos de “Acesso à Lei e Justiça” e 595 relacionados ao tema “Gênero”, ambos relacionados aos indicadores do *Women, Business and the Law*.

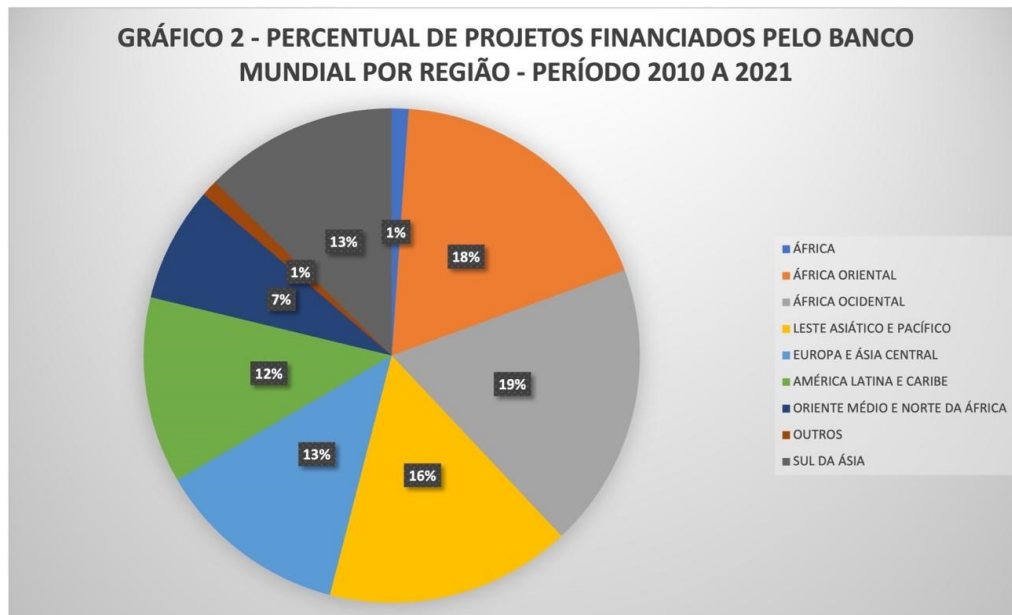
O gráfico 1 apresenta uma visão geral do percentual de investimento em projetos em cada uma das nove regiões desde o início das operações do Banco Mundial de 2010 a 2021. Como demonstra o gráfico, nos 78 anos de existência da instituição, as quatro regiões que receberam o maior percentual de investimento foram: em primeiro lugar, a América Latina e Caribe, com 18% do total; em segundo, as regiões da África Oriental e Leste Asiático e Pacífico, com 16% cada; e em terceiro lugar, temos a região da África Ocidental, com 15% do investimento total. Em 5º e em 6º lugares, temos respectivamente a Europa e Ásia Central, com 13%, e Sul da Ásia, com 12%. Já a região do Oriente Médio e Norte da África ficou em sétimo lugar, recebendo 8% dos investimentos. Por último, temos 1% em investimentos nas regiões África e outros.



Fonte: elaborado pelas autoras a partir do *site* World Bank.

De 2010 a 2021, mesmo período dos relatórios *WBL*, foram financiados pelo Banco Mundial cerca de 6.201 projetos, considerando projetos aprovados ou não e finalizados ou não. Ao delimitar o recorte para a região da América Latina e Caribe, identifiquei que 750 desses projetos estão concentrados na região da América Latina e Caribe, correspondendo a cerca de 12% do total, ou seja, abaixo do percentual de 18% do período global apontando no gráfico anterior. Desse total global de projetos, durante o período de 2010 a 2021, consegui identificar um total 176 projetos relacionados a gênero no mundo, sendo 26 projetos na América Latina e 9 no Brasil, sobre os quais eu falarei mais adiante.

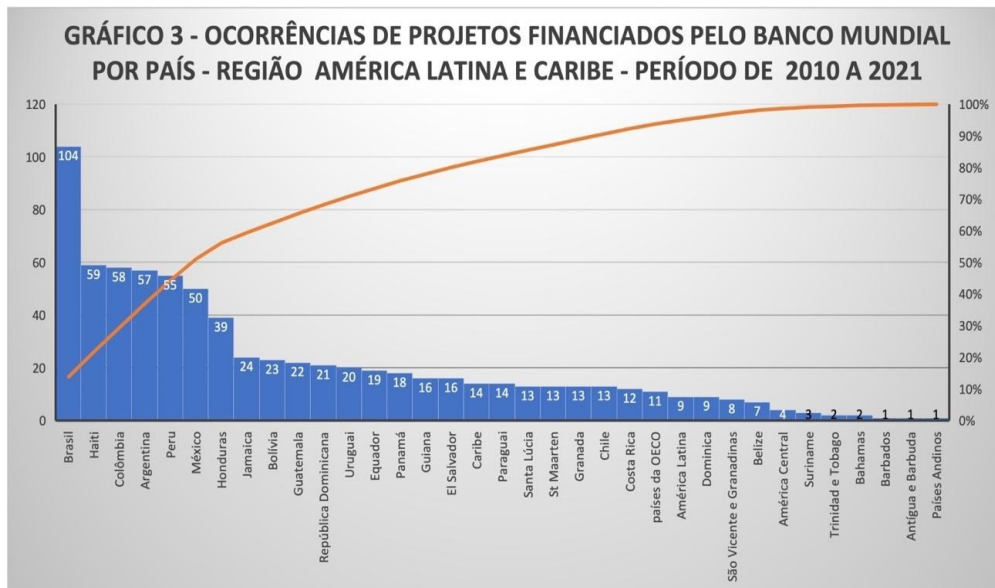
No gráfico 2 apresento uma visão geral do percentual por região de projetos financiados pelo Banco Mundial, entre os anos de 2010 e 2021. Em comparação ao gráfico 1, os investimentos na região da América Latina e Caribe reduziram de 18% para 12%, deixando essa região em uma posição abaixo das regiões da Europa e Ásia Central e Sul da Ásia. Aparentemente, houve uma priorização das regiões da África Ocidental e África Oriental, que receberam 19% e 18% respectivamente em investimentos. O Leste Asiático e Pacífico obteve o percentual de 16% e Oriente Médio e Norte da África teve uma leve alteração para baixo no percentual, que passou de 8% do período global para 7% no período de 2010 a 2021. As regiões África e outros mantiveram o percentual de 1%, indicando uma regularidade e constância no índice.



Fonte: elaborado pelas autoras a partir do *site* World Bank.

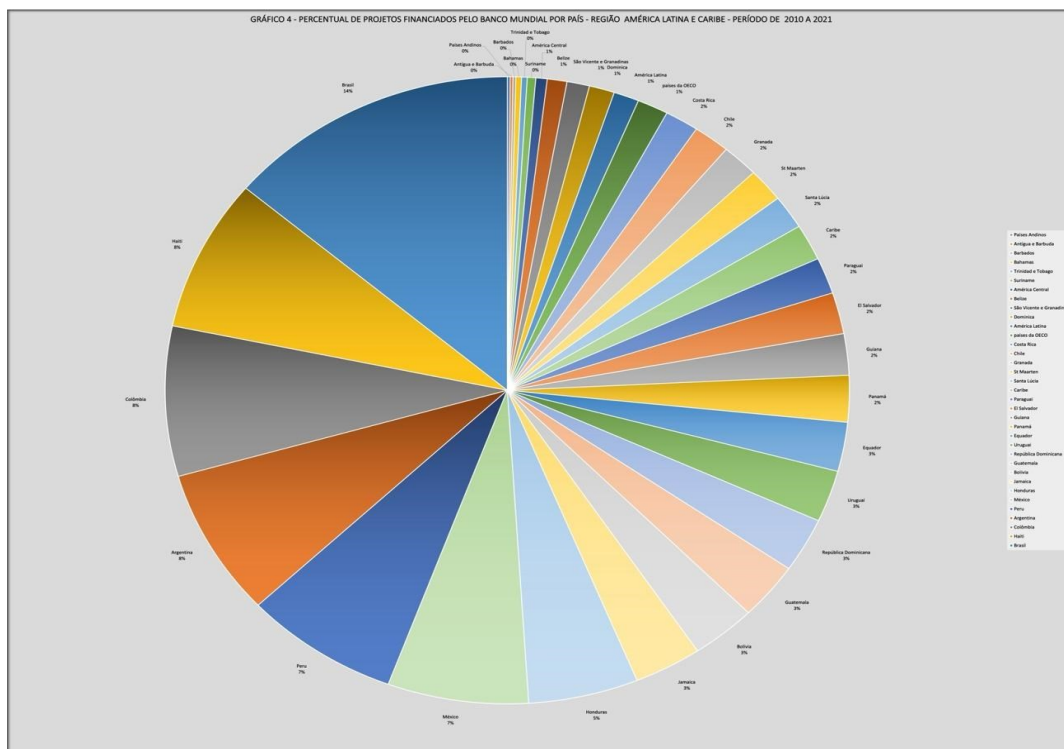
No gráfico 3 apresento a quantidade total de projetos financiados pelo Banco Mundial por país na região da América Latina e Caribe, no período de 2010 a 2021. Dos 35 países com projetos financiados na região, o Brasil foi o país com mais projetos financiados, com um total de 104 projetos, o que corresponde a cerca de 45% a mais do número de ocorrências de investimento no Haiti, que teve 59 projetos financiados, e na Colômbia, com 58 projetos, colocando estes países em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Esses dados demonstram uma priorização do Brasil como receptor de recursos na região em relação aos demais países. Na sequência, temos Argentina, com 57 projetos, Peru, com 55, e México, com 50, indicando uma variação entre 3% e 12% nas ocorrências entre estes 3 países e de 47% a 54% entre estes países e o Brasil. Com exceção desses seis países e Honduras, com 39 projetos, os demais países ficaram abaixo do patamar de 30 projetos financiados pelo Banco Mundial.





Fonte: elaborado pelas autoras a partir do *site* World Bank.

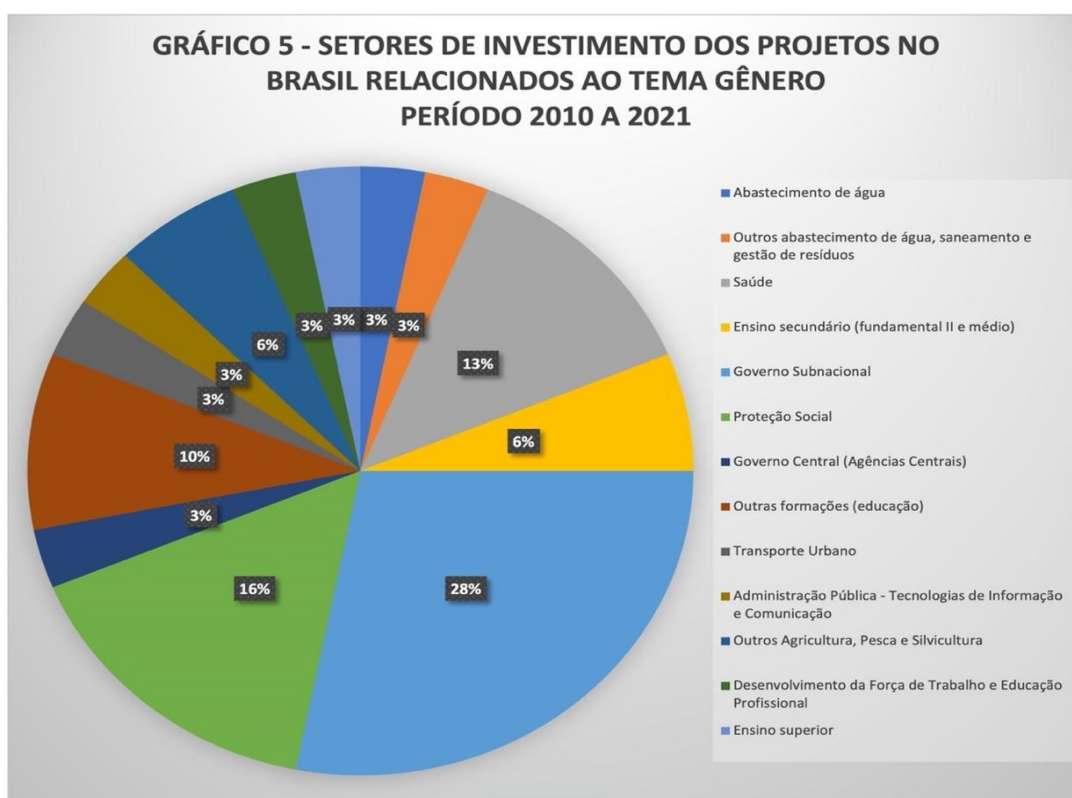
Em relação ao investimento total na região da América Latina e Caribe, no gráfico 4 apresento os percentuais de investimentos por países. O Brasil recebeu 14% dos investimentos destinados à região da América Latina e Caribe, seguido do Haiti, Colômbia e Argentina, que receberam cerca de 8% cada. Na sequência, temos Peru e México, ambos com 7%, e Honduras, com 5%. Juntos, esses países representam 57% do percentual de investimento do Banco Mundial na região.



Fonte: elaborado pelas autoras a partir do *site* World Bank.



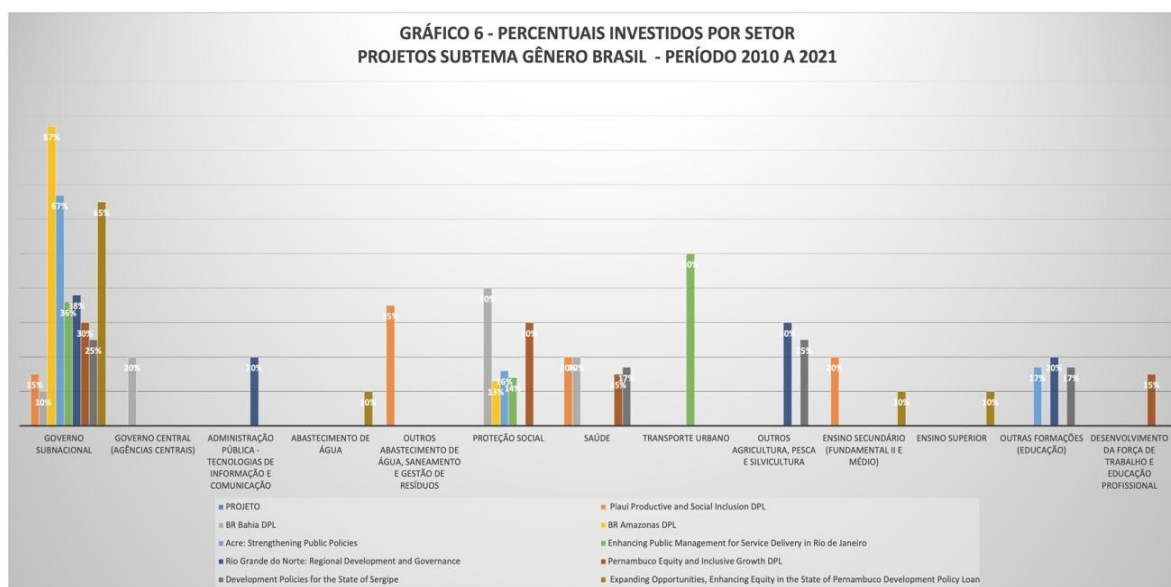
Dos 104 projetos financiados no Brasil, somente 9 têm relação com gênero, representando cerca de 8,7%. No gráfico 5 apresento o percentual de ocorrência por setor de atuação nesses 9 projetos. Perceba que o setor que teve mais ocorrência de investimentos foi o “Governo Subnacional” (governos estaduais), com 28%. Já “Proteção Social” aparece com 16% das ocorrências de investimento, o que o coloca como segundo setor com mais ocorrências, apesar da diferença de 12% entre este setor e o primeiro colocado. Além dos setores “Governo Subnacional” e “Proteção Social”, somente “Saúde” e “Outras Formas de Educação” tiveram um percentual de ocorrência de 10% ou mais, sendo “Saúde” com 13% e “Outras Formas de Educação” com 10%. “Ensino Secundário” (fundamental II e médio) e “Outros Agricultura, Pesca e Silvicultura” tiveram um percentual médio de ocorrência de 6% do total de projetos relacionados ao tema Gênero no Brasil. Os sete demais setores contemplados pelos 9 projetos analisados tiveram um percentual de ocorrência médio de 3%. Esses setores incluem desde “Abastecimento de Água” a “Ensino Superior” e estão especificados individualmente no gráfico 5. Ressalto que nesse período não houve investimento em projetos relacionados ao tema “Acesso à Lei e Justiça” e nem ao setor “Lei e Justiça” no Brasil. Já os 2 projetos do setor “Seguros e Pensão” deste período não têm ligação com o tema “Gênero”.



Fonte: elaborado pelas autoras a partir do *site* World Bank.

No gráfico 6, podemos ver o percentual de investimentos destinados por setor nos 9 projetos relacionados ao gênero, no Brasil. O setor “Governo Subnacional”, referente aos governos locais e

único presente em todos os projetos, foi o que mais recebeu aportes na divisão interna dos investimentos dos projetos, concentrando uma média total de 41,44%. Na sequência temos o setor de “Proteção Social”, contemplado em 5 dos 9 projetos, com uma média de aporte de 22,6% entre os 5 projetos e 12,5% do total global. Em seguida destaca-se o setor “Saúde”, presente em 4 dos 9 projetos, com média de 18% de aporte entre esses 4 projetos e 8% da média geral. Por último, entre os setores contemplados, pelo menos, por três vezes ou mais nos projetos aqui analisados, temos o setor de “Outras Formações (Educação)”, com aporte médio de 18% entre os 3 projetos no qual tem participação e de 6% do total geral. Os demais setores tiveram a média geral máxima de 6,11% e mínima de 1,11%.



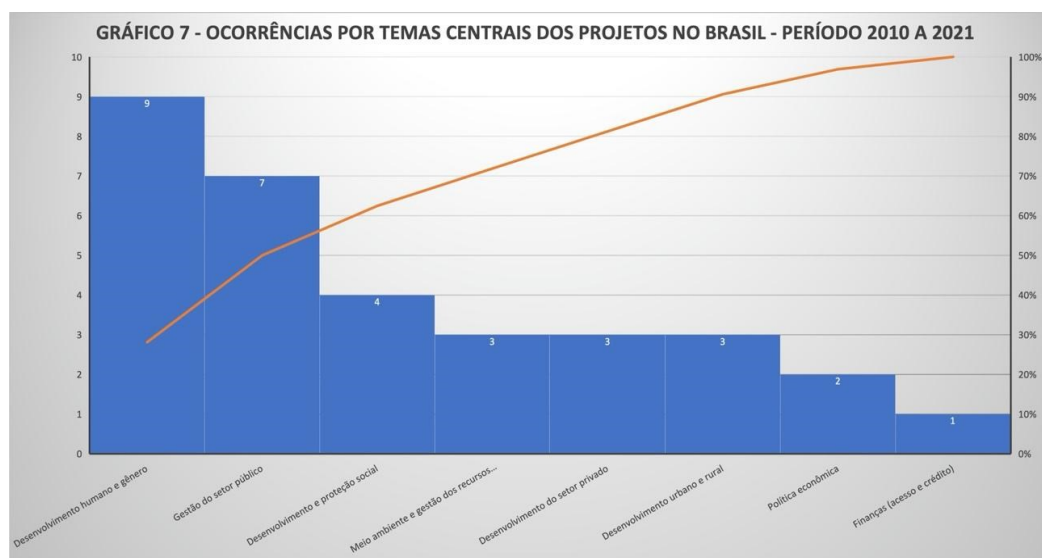
Fonte: elaborado pelas autoras a partir do *site* World Bank.

Tanto o gráfico 5 quanto o gráfico 6 explicitam como nenhum dos 9 projetos relacionados ao tema gênero e aplicados no Brasil teve ou tem relação com setores com impacto direto sobre as questões de legislação, mesmo com o Brasil ocupando a 60ª posição no ranking do *Women, Business and the Law 2021*, com a pontuação média geral de 85 pontos. Em relação aos índices do relatório *WBL* de 2021, o Brasil obteve 100 pontos nos indicadores relacionados a mobilidade, primeiro emprego e casamento, e gerenciando ativos (patrimônio). Contudo, nos demais indicadores esses números são significativamente menores, com 75 pontos no índice relacionado a pagamento, 80 pontos em paternidade-maternidade, 75 pontos em empreendimento e 50 pontos em aposentadoria, o que demonstra que ainda há muito a ser feito no país em relação à disparidade de gênero.

Grosso modo, podemos dizer que a questão do gênero perpassa todos os setores aos quais os projetos financiados no Brasil pelo Banco Mundial estão direcionados. Então, por que não contemplar gênero em 100% dos projetos aprovados? Se o País ainda tem pontuações abaixo do ideal nos

indicadores do *Women, Business and the Law*, por que não aplicar estes indicadores como condicionante aos projetos financiados? Como demonstram os relatórios *WBL*, a legislação causa impacto direto na desigualdade de gênero, configurando-se como um obstáculo crucial no combate à desigualdade e, conseqüentemente, agravando os problemas sociais e econômicos de um país.

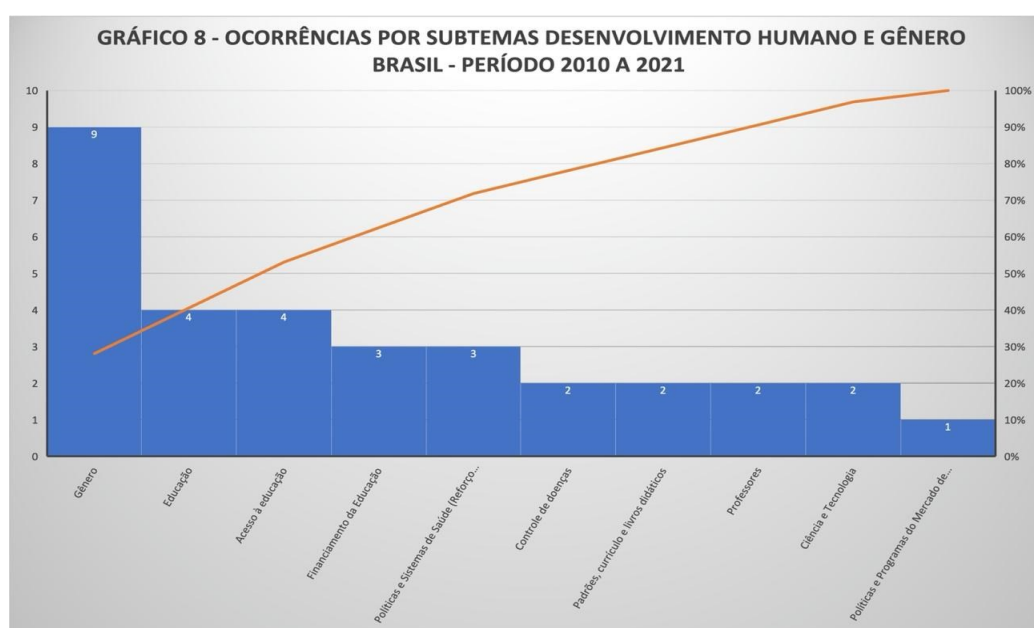
No gráfico 7 exponho uma visão geral dos temas centrais que permeiam os 9 projetos financiados pelo Banco Mundial no Brasil, que contemplam a temática do gênero. Ressalto que, segundo os critérios da própria instituição, o tema Gênero não é classificado como um tema central, mas sim vinculado diretamente ao tema Desenvolvimento Humano, sendo assim classificado como um subtema. Observe que dos temas apresentados no gráfico 7 somente o tema “Financiamento e o Desenvolvimento Setor Privado” dialoga com um dos indicadores do *WBL*, o “Empreendendo” que tem interface com os quesitos de acesso ao crédito e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas.



Fonte: elaborado pelas autoras a partir do *site* World Bank.

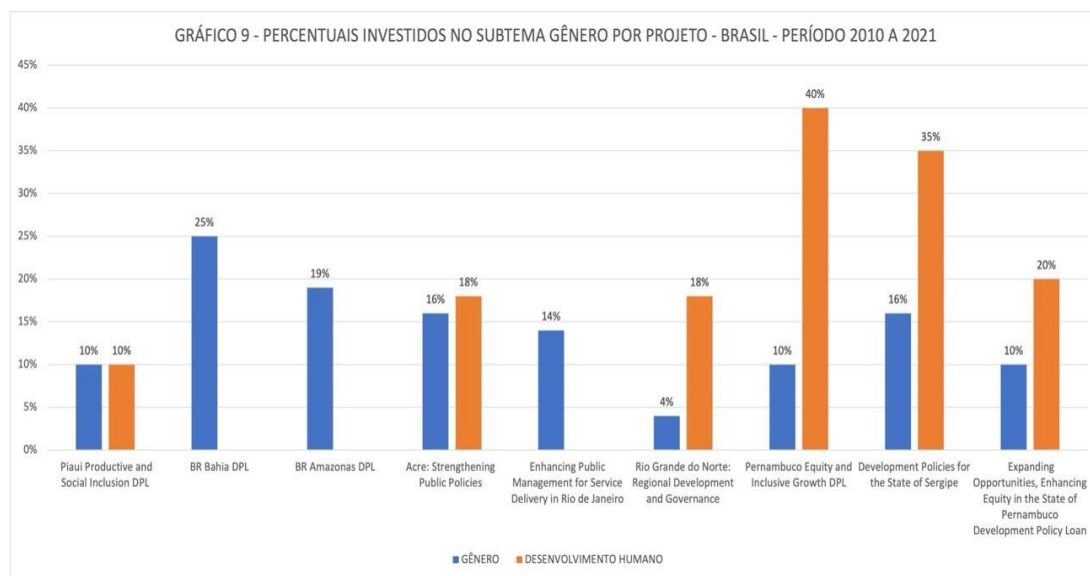
Analisando o gráfico 7 pode-se constatar que o tema “Desenvolvimento Humano e Gênero” tem relação com os 9 projetos analisados. Já “Gestão do Setor Público” ocorre em 7 dos 9 projetos, seguido de “Desenvolvimento e Proteção Social” que está presente em 4 projetos. Os temas “Meio Ambiente e Gestão dos Recursos Naturais”, “Desenvolvimento do Setor Privado” e “Desenvolvimento Urbano e Rural” estão presentes em 3 dos 9 projetos. Por fim, temos o tema “Política Econômica” que está presente em 2 projetos, e “Finanças” (acesso ao crédito), que ocorre em 1 único projeto, mesmo sendo esse o único tema que teria uma ligação direta com os indicadores do *Women, Business and the Law*.

Aprofundando a análise no tema “Desenvolvimento Humano e Gênero” nos 9 projetos analisados, realizei um levantamento dos subtemas buscando compreender se há uma interface direta com os indicadores *WBL*, ou se simplesmente gênero é inserido pelos proponentes dos projetos como um apêndice, ou seja, algo a ser trabalhado, mas que ainda não é considerado prioritário a ponto de ter um peso ou uma participação maior nos projetos financiados pela instituição. No gráfico 8, exponho a quantidade de ocorrências de subtemas dentro do tema “Desenvolvimento Humano e Gênero” elencadas nos 9 projetos financiados no Brasil pelo Banco Mundial, no período entre 2010 e 2021. Evidentemente o subtema Gênero se destaca, aparecendo nas 9 ocorrências, pois permeia os 9 projetos identificados na amostra. Já as ocorrências dos demais subtemas se tornam mais próximas umas das outras.



Fonte: elaborado pelas autoras a partir do *site* World Bank.

No gráfico 9 abaixo, apresento o detalhamento dos percentuais investidos em gênero e em desenvolvimento humano em cada um dos 9 projetos avaliados. É possível constatar que somente em 3 dos 9 projetos o subtema Gênero recebeu sozinho a verba destinada ao tema “Desenvolvimento Humano e Gênero”. Considerando que o menor percentual desses três projetos foi de 14% e o maior é de 25%, cálculo que o percentual médio de investimentos nos projetos que só contemplaram gênero foi de 19,33%. Por outro lado, nos 6 projetos que contemplaram as duas vertentes do tema “Desenvolvimento Humano e Gênero” o investimento médio foi de 11% em gênero e 23,5% em desenvolvimento humano. Já a média geral considerando os 9 projetos foi de 13,78% de investimento em gênero e 15,66% em desenvolvimento humano. Em suma, mesmo considerando os projetos que não tiveram investimento em desenvolvimento humano, a média geral do investimento em gênero foi menor dentro do tema “Desenvolvimento Humano e Gênero”.



Fonte: elaborado pelas autoras a partir do *site* World Bank.

Os dados aqui apresentados demonstram que há uma parca iniciativa por parte do Banco Mundial na inclusão do gênero como tema dos projetos financiados. Não obstante, ao comparar com os demais temas, os percentuais de investimento na temática gênero ainda são incipientes para a produção de resultados realmente significativos no combate à desigualdade de gênero. Da mesma forma, o setor de “Lei e Justiça” e o tema “Acesso à Lei e Justiça”, que são um dos principais foco do *WBL* e um dos indicadores respectivamente, não tiveram um forte percentual de participação no número global de projetos financiados na história do Banco Mundial. Se pegarmos o total global de 21 mil projetos, “Lei e Justiça” representa menos de 2% e menos de 6% sobre o total de 6.900 projetos. Já o tema “Acesso à Lei e Justiça” não chega nem a 1% de participação nos dois casos.

## CONCLUSÃO

Através do *Women, Business and the Law*, o Banco Mundial explicita que as legislações estão no cerne da problemática da desigualdade de gênero, sendo o maior obstáculo para mudanças fundamentais na luta pela igualdade de gênero. Entretanto, a atuação do Banco Mundial sobre essa questão ainda se encontra aquém do mínimo necessário para que haja avanços significativos para as mulheres e demais minorias na sociedade global. Ao traçar um paralelo entre os investimentos da instituição e os relatórios *WBL*, identifiquei que não há uma relação direta entre os diagnósticos e prognósticos que a instituição aponta e sua política de investimentos. Isso é determinado pelos baixos percentuais de investimentos no combate à desigualdade de gênero dentro dos projetos, pela falta de condicionantes claros e incisivos relativos a essa temática, pela gentrificação aparente apontada

nos relatórios dos projetos através dos percentuais de investimentos e pela falta de condicionantes e projetos que tenham interface direta com os indicadores do *Women, Business and the Law*.

Apesar dos avanços legais pela igualdade de gênero apontados pelo Banco Mundial, ao considerarmos que, em 2021, de 190 economias somente 10 receberam a pontuação máxima de 100 pontos e 55 continuam com pontuação abaixo de 70 pontos e que na maioria dessas economias a desigualdade social é problema significativo, fica claro que o ritmo dos avanços está aquém do necessário para termos um cenário global de igualdade de gênero. Outro ponto relevante é que, mesmo com os avanços ocorridos, em 2021 uma economia retrocedeu no combate à desigualdade de gênero. A Eslováquia implementou uma mudança na lei de aposentadoria, com uma regra obrigatória que estabelece idades diferentes para homens e mulheres, o que tem consequentemente impacto direto nos rendimentos e benefícios das mulheres. Outro ponto relevante apontado pelo *Women, Business and the Law*, mas pouco explorado pelos relatórios, é que nem todas as mudanças legais consideradas positivas resultaram em efeitos favoráveis para mulheres.

Outra questão constantemente citada, mas não abordada com profundidade pelo Banco Mundial nos seus relatórios *WBL*, é a influência do direito consuetudinário no comportamento, legislações e regras das sociedades. Este fator, em muitas situações identificadas pelos relatórios, prevalece em detrimento do direito comum ou do direito civil. Nem sempre a implementação de reformas legais positivas para a igualdade de gênero significa uma mudança imediata de padrões de comportamento por parte da sociedade. Normalmente, a mudança de cultura ocorre lentamente e a longo prazo, como também sinalizado pela instituição.

Em seus relatórios *WBL*, o Banco Mundial afirma que em nível mundial as mulheres têm em média apenas três quartos dos direitos concedidos aos homens. Esse é um dado alarmante, que demonstra claramente a amplitude do desafio de se promover uma mudança em prol da igualdade de gênero no mundo. Tickner (1992) levanta a problemática da teoria de Hall sobre a forma extrema de individualismo que ela descreve como central nas construções do sujeito independente, uma figura central da teoria política liberal ocidental moderna. A questão é que historicamente a construção desse homem econômico racional foi excludente e gentrificada ao não considerar a mulher como também parte dessa identidade central no desenvolvimento do capitalismo moderno. Ao excluir a mulher dessa categoria, automaticamente a mesma é excluída da esfera pública, o que a limita à esfera familiar, ou seja, a reduz à pecha de ser irracional, incapaz de produzir riquezas para a sociedade (TICKNER, 1992).

O Banco Mundial coloca o *Women, Business and the Law* como uma fonte de informação concreta para legisladores políticos sobre os obstáculos legais que produzem barreiras no mercado de trabalho e diminuem oportunidades econômicas para mulheres, assim como os relatórios *WBL* demonstram os prejuízos para as economias que a desigualdade produz e as melhorias que a

igualdade de gênero nas leis oferece em relação aos resultados econômicos. Pelos dados coletados consegui observar que, em sociedades nas quais as leis se traduzem em múltiplas restrições para as mulheres, a desigualdade de gênero tende a se perpetuar e faz-se necessária uma abordagem mais direta para tratar questões profundamente enraizadas.

Pelos relatórios *WBL* é possível constatar também que nas economias nas quais as mulheres enfrentam menos discriminação legal houve progressos na redução da desigualdade de gênero. E que durante a pandemia, em 27 das 190 economias da amostra, em todas as regiões, foram implementadas reformas constatadas através dos indicadores, o que é positivo em relação ao período, mas pouco em relação ao muito que ainda precisa ser feito. Todavia, não encontrei algum documento que indicasse uma relação direta ou indireta entre os relatórios da instituição e as reformas implementadas pelas economias analisadas.

Os dados do *Women, Business and the Law* contribuem para identificar importantes lacunas legislativas, tais como a falta de proteção legal contra a violência doméstica. A ideia de promover o estudo e divulgar seus resultados como um norteador para as economias é substancial, ponto repetidamente afirmado pela instituição. Contudo, será essa divulgação dos dados suficientes para gerar as mudanças necessárias em prol da igualdade de gênero? A instituição registrou que a procura por parte dos governos pelos seus serviços de consultoria em relação aos indicadores do *Women, Business and the Law* tem aumentado significativamente nos últimos anos, apesar de a instituição não informar qual o percentual desse aumento, qual o período e muito menos avaliações dos resultados práticos e efetivos dessas consultorias.

O Banco Mundial afirma que sua atuação em relação ao combate a desigualdade de gênero tem ido além dos relatórios, através da promoção de ações de conscientização, divulgação de dados e aconselhamento nas economias onde atua. Inclusive, os relatórios *Women, Business and the Law* estão sendo utilizados pelas Organizações das Nações Unidas – ONU nas medições e avaliações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Então, por que não inserir condicionantes relacionados aos indicadores *WBL* em sua política de investimentos? Por que não ampliar a quantidade de projetos sob a temática gênero? Por que gênero não é inserido como tema principal e condicionante nos investimentos do Banco Mundial? Conscientizar, divulgar e aconselhar são ações positivas, mas não suficientes para gerar uma mudança significativa nesse cenário global de desigualdade de gênero. Ao não condicionar seus estudos à sua política de investimento, o Banco Mundial continua contribuindo para a perpetuação de um *status quo* de discriminação da mulher nas economias em que atua.

Essa agenda de boa governança produzida pelas organizações internacionais teve um foco predominantemente econômico, com um olhar exclusivo para o mercado, sem considerar equidade e justiça social. A questão é que, na prática, a expansão da eficiência dos mercados não é suficiente para garantir o desenvolvimento de forma significativa, sólida e a curto, médio ou longo prazo. Nesse



cenário da predominância do discurso neoliberal, a igualdade de gênero, assim como as demais pautas de igualdade, fica relevada aos debates periféricos, sendo tratada não como parte da causa do problema ou parte primordial da solução, mas como uma mera consequência, inclusive pelo Banco Mundial (RAZAVI, 2013). Estímulo às privatizações de serviços públicos essenciais, a descentralização da tomada de decisões, a informalização de mecanismos de resolução de disputas, precarização das leis trabalhistas e investimentos pífios em projetos de gênero fortalecem cada vez mais o controle social patriarcal e o sistema hierarquizado, racializado e gentrificado capitalista.

Ao longo das décadas, os movimentos feministas têm criticado o Banco Mundial pela crise da reprodução social capitalista engendrada pelo neoliberalismo econômico, visto que o trabalho para reproduzir o social é, geralmente, não remunerado e feito por mulheres. Ao mesmo tempo que as políticas de ajuste econômico vêm cortando drasticamente os serviços de apoio social, as mulheres estão cada vez mais sobrecarregadas e empobrecidas. Essa privatização do social atingiu e atinge diretamente as mulheres, principalmente as periféricas (BEDFORD, 2013). Nesse contexto, a dicotomia no discurso da instituição se revela quando a mesma argumenta que o emprego é a chave para o empoderamento das mulheres e insere a família como fonte crucial do capital social, enquanto "continua a retratar os mercados e a macroeconomia como essencialmente benigna e neutra em termos de gênero" (RAZAVI, 2013).

Essa dicotomia se reflete nos próprios investimentos da instituição, que sob o discurso de apoiar estratégias de redução da pobreza em países de renda baixa ou média não aplica na sua política de investimentos diretrizes orientadas para a real solução da desigualdade de gênero, esvaziando assim o seu discurso de empoderamento feminino. Ao transferir a responsabilidade da desigualdade de gênero à esfera privada, classificando-a como uma crise nas relações de gênero entre o homem, destituído do seu tradicional papel de provedor, e as mulheres e crianças ameaçadas por essa masculinidade ferida, o Banco Mundial revalida o discurso liberal de enxugamento do Estado. A precarização do trabalho e das políticas de bem-estar social não contribui para a erradicação da pobreza e muito menos da desigualdade. E essa abordagem do empoderamento como um modelo limitado e estanque, que depende somente da inserção da mulher no mercado de trabalho, é perigosa porque pode contribuir com e reforçar a sistemática excludente de atores religiosos, da privatização da reprodução social e da precarização do trabalho (BEDFORD, 2013).

Ao reconhecer que a redução da pobreza está diretamente ligada à igualdade de gênero, o Banco Mundial traz essa pauta para o *core business* da instituição. No entanto, após toda a minha análise dos relatórios e projetos, entendo que na prática a pauta evolui mais no campo da pesquisa do que no dos investimentos. Isso porque dos 750 projetos de investimento do Banco Mundial na América Latina, de 2010 a 2021, somente 26 têm relação com o tema gênero, sendo 9 deles aplicados no Brasil. Este dado quantitativo demonstra que as políticas macroeconômicas neoliberais promovidas pelas

instituições financeiras internacionais ainda resistem a novas abordagens dos mesmos problemas, mesmo com todas as pesquisas e dados apontando para uma nova perspectiva. Apesar do crescimento do ativismo feminista no campo da governança econômica internacional, com especialistas em gênero apontando os efeitos negativos dessas políticas, está claro que há uma enorme dificuldade de mudança por parte dessas instituições, ainda presas aos preconceitos de gênero que estão profundamente arraigados na economia convencional e na formulação das políticas econômicas.

Muitas propostas de uma abordagem mais equitativa na elaboração de políticas macroeconômicas, em relação ao gênero, têm sido feitas pelas redes feministas transnacionais, muitas delas por economistas feministas. Isso inclui, por exemplo, a ideia de uma orçamentação de gênero para estimular o crescimento econômico, questionando os pressupostos macroeconômicos centrais e prioridades políticas. Essa abordagem é focada nas organizações financeiras internacionais, visto que são elas, com suas diretrizes políticas, que estabelecem o esquema para a formulação de políticas econômicas em nível nacional e regional (CAGLAR, 2013). O ponto é que, até o momento, aparentemente esse ativismo ainda está longe de alcançar os seus objetivos, algo que é possível constatar ao compararmos a atuação do Banco Mundial na realização de estudos e relatórios sobre gênero com os seus investimentos em projetos.

Quando o Banco Mundial considera as mulheres como agentes de mudança, enfatizando o empoderamento econômico das mulheres e fazendo uma ligação direta à sua participação no mercado de trabalho, está validando o discurso neoliberal e desconsiderando os demais fatores que contribuem com a desigualdade. Por outro lado, temos o *soft power* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), que faz referência à ideia do orçamento com enfoque de gênero, mas não vincula diretamente as políticas de resolução de crises a uma priorização das metas macroeconômicas (CAGLAR, 2013). Com isso temos duas das principais organizações internacionais com abordagens distintas para a mesma questão, uma focada na participação das mulheres no mercado de trabalho e a outra, na proteção dessas mulheres contra os impactos da crise, como se esses problemas não estivessem intrinsecamente ligados.

Para que haja uma mudança concreta, seria necessário um maior comprometimento das organizações internacionais financeiras com o tema gênero, indo além do debate teórico, transformando dados em planos de ação que contemplem medidas práticas em suas áreas de atuação. Entendo que organizações financeiras internacionais têm um peso maior na adoção de políticas de igualdade de gênero, com uma influência direta nas economias por mudanças positivas em relação aos direitos das mulheres em nível global. Devido ao seu poder econômico e político em relação aos governos, essas organizações poderiam atuar de forma mais efetiva e eficaz, indo além da promoção da expertise de gênero, do levantamento e da divulgação dos dados e da promoção do

debate. Para isso ocorrer faz-se necessária, no mínimo, uma mudança na cultura organizacional e nas políticas de investimento, de forma que impactasse tanto no seu papel como agente de mudança quanto na sua estratégia de atuação para combater com eficácia e eficiência a desigualdade de gênero.

## REFERÊNCIAS

BEDFORD, Kate. *Economic governance and the regulation of intimacy in gender and development*. Article in *Feminist Strategies in International Governance*. Edited by CAGLAR, Gülay, PRÜGL, Elisabeth, ZWINGEL, Susanne. Routledge Taylor & Francis Group: London and New York, 2013.

CAGLAR, Gülay, PRÜGL, Elisabeth, ZWINGEL, Susanne. *Feminist Strategies in International Governance*. Routledge Taylor & Francis Group: London and New York, 2013.

CAGLAR, Gülay. *Feminist strategies and social learning in international economic governance*. Article in *Feminist Strategies in International Governance*. Edited by CAGLAR, Gülay, PRÜGL, Elisabeth, ZWINGEL, Susanne. Routledge Taylor & Francis Group: London and New York, 2013.

CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA MULHER. ONU Mulheres, 2013. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/> Acesso em: 18 de mar. de 2020.

CONVENÇÃO sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: CEDAW 1979. ONU Mulheres, 2013. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw1.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf) Acesso em: 08 de out. de 2020.

DEBORAH Wetzel, New World Bank Director for Brazil The World Bank, 2012. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2012/03/08/deborah-wetzel-new-world-bank-director-brazil>. Acesso em: 08 abr. de 2019.

DECLARAÇÃO e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher – Pequim, 1995. ONU Mulheres, 2013. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_beijing.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf) Acesso em: 10 de jan. de 2020.

DURAN, Camila Villard. *Direito, Governança Econômica Global e Expertise de Gênero: a (in)visibilidade de mulheres?* Direito e inclusão socioeconômica. Coleção Biblioteca Dise, 2020.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics*. Berkeley. Los Angeles e Londres: University of California Press, 2014.

FMI. International Monetary Fund (IMF). Página inicial, c2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Home> Acesso em: 08 de abr. de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Página inicial. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 8 de out. de 2021.

LABOR Force, female (% of total labor force), 2022. World Bank, World Development Indicators database. Disponível: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS> Acesso em: 17 de mai. de 2022.

PIMENTEL, Sílvia. Experiências e Desafios: Comitê sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW/ONU. Brasília: SPM, 2008.

PROJECTS & Operations. World Bank, c2023. Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-home> Acesso em: 10 de abr. de 2020.

RAZAVI, Shahra. *Governing the economy for gender equality? Challenges of regulation*. Article in *Feminist Strategies in International Governance*. Edited by CAGLAR, Gülay, PRÜGL, Elisabeth, ZWINGEL, Susanne. Routledge Taylor & Francis Group: London and New York, 2013.

THE General Agreement on Tariffs and Trade (GATT 1947). World Trade Organization (WTO), c2023. Disponível em: [https://www.wto.org/english/docs\\_e/legal\\_e/gatt47\\_01\\_e.htm](https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_01_e.htm) Acesso em: 20 de out. 2021.

THE World's Women 2020: Trends and Statistic. United Nations, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/desa/world%E2%80%99s-women-2020> Acesso em: 20 de jan. de 2021.

TICKNER, J. Ann. *Identity in International Relations Theory: feminist perspectives*. In: LAPID, Yosef e KRATOCHWIL, Friedrich (eds.). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996.

VITALE, Denise, NAGAMINE, Renata. *Direito e Relações Internacionais debates de um campo em construção*. EDUFBA: Salvador, 2018.

WOLFENSOHN, James D. *Giving voice to gender in our work by James D. Wolfensohn, President (English)*. Presidential speech Washington, D.C.: World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/314271468195545100/Giving-voice-to-gender-in-our-work-by-James-D-Wolfensohn-President>

WOLFENSOHN, James D. 1998. *The Other Crisis. Address to the Board of Governors*, Washington, D.C., October 6, 1998; World Bank. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26163> License: CC BY 3.0 IGO." <http://hdl.handle.net/10986/26163>

WORLD BANK GROUP. *Women, Business and the Law 2010: Measuring Legal Gender Parity for Entrepreneurs and Workers in 128 Economies*. World Bank, Washington, DC, 2010. © World Bank.

WORLD BANK GROUP. *Women, Business and the Law 2012: Removing barriers to economic inclusion*. World Bank, Washington, DC, 2011. © World Bank.

WORLD BANK GROUP. *Women, Business and the Law 2014: Removing Restrictions to Enhance Gender Equality*. World Bank, Washington, DC, 2013. © World Bank.

WORLD BANK GROUP. *Women, Business and the Law 2016: Getting to Equal*. World Bank, Washington, DC, 2015. © World Bank.

WORLD BANK GROUP. *Women, Business and the Law 2018*. World Bank, Washington, DC, 2018. © World Bank.

WORLD BANK GROUP. *Women, Business and the Law 2019: A Decade of Reform*. World Bank, Washington, DC, 2019. © World Bank.

WORLD BANK GROUP. *Women, Business and the Law 2020*. World Bank, Washington, DC, 2020. © World Bank.

WORLD BANK GROUP. *Women, Business and the Law 2021*. World Bank, Washington, DC, 2021. © World Bank.

## Dados das autoras

Andrea Dorea Mascarenhas

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal da Bahia UFBA. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal da Bahia UFBA. Formada em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Fundação Armando Álvares Penteado FAAP, com MBA em Marketing e Business pela Escola Superior de Propaganda e Marketing ESPM. Associada da ABRI - Associação Brasileira de Relações Internacionais. Membro associada do Latin Grammy desde janeiro de 2021. Premiada 03 vezes pela ABERJE Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, por projetos em comunicação, marketing e cultura. Experiência profissional de 30 anos em estratégia, gestão e marketing, trabalhando em diversos setores como música, cultura, gás e energia, cosméticos, moda, educação, mídia, varejo, entre outros. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2379-8444>. E-mail: [andreadmascarenhas@gmail.com](mailto:andreadmascarenhas@gmail.com).

Denise Vitale

Doutora em Direito e Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (1998) e Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (2004). Foi pesquisadora visitante na Freie Universität-Berlin (2021-2022), Visiting Fellow no European University Institute (2015) e na Scuola Normale Superiore, Firenze (2015) e Visiting Scholar na Universidade de Columbia, Nova York (2001/2002). É professora associada do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências prof. Milton Santos (IHAC) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência nas áreas de Direito, Ciência Política e Relações Internacionais, com ênfase em teoria política, teoria democrática, direitos humanos, meio ambiente, participação, povos indígenas e gênero. É Pesquisadora do CNPq (PQ2) desde 2013. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0777-3642>. E-mail: [denisevitale@gmail.com](mailto:denisevitale@gmail.com).